# DITADURA, TRAUMA E AS MEMÓRIAS DO ESQUECIMENTO, DE FLÁVIO TAVARES

# DICTATORSHIP, TRAUMA AND FLÁVIO TAVARES' MEMÓRIAS DO ESQUECIMENTO

**Lizandro Carlos Calegari**[1]

**Vanderléia de Andrade Haiski**[2]

**Resumo**: A história do Brasil é marcada continuamente por episódios de extrema violência. Particularmente em relação às atrocidades da Ditadura Militar (1964-1985), elas geraram traumas que não se desfizeram com o término oficial do evento. O objetivo deste trabalho é analisar os efeitos do trauma gerado durante a ditadura na obra *Memórias do esquecimento*, de Flávio Tavares. O livro, publicado em 1999, revela que os traumas do passado continuaram a perseguir o escritor muito tempo depois do seu envolvimento com o episódio, exigindo dele uma retomada do passado e o registro de suas memórias traumáticas. Esse processo de rememoração e de escrita é importante para que se evidencie que o registro da história por parte das vítimas forneça uma outra versão sobre aqueles anos de chumbo no Brasil, mas também é essencial para que se perceba que os traumas não reparados do passado retornam tempos depois, fomentando debates sobre o porquê de seu reaparecimento e quais são seus reflexos no âmbito social, histórico e cultural. Para o embasamento dessa discussão, buscou-se respaldo em autores como, dentre outros, Sigmund Freud, Walter Benjamin, Cathy Caruth e Marcelo e Maren Viñar.

**Palavras-chave**: Ditadura Militar. Trauma. Flávio Tavares. *Memórias do esquecimento*.

A segunda metade do século XX pode ser definida como um dos períodos históricos mais conturbados para o Brasil. Em 1964, a Ditadura Militar se instala no país e seu término se daria, oficialmente, em 1985. Por mais de 20 anos, a nação conviveu com experiências de repressão e de autoritarismo que deixaram traumas inapagáveis em muitos daqueles que atravessaram aquele intervalo de tempo. Assim, embora essas datas ajudem a manter vivos, na memória de uma parcela significativa da população brasileira, episódios cujo retorno não é desejado, elas não podem ser vistas como marcos estanques para o início nem o fim de um momento histórico com tamanha repercussão social e política, uma vez que a história do Brasil é toda ela caracterizada por episódios de violência e por abuso de poder. Nesse sentido, hoje, passados quase 35 anos do término oficial do regime militar, nota-se que muitos estudiosos das Ciências Humanas ainda buscam entender o que significou aquele período para a história do país.

[1] Doutor em Letras. Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM, RS. E-mail: lizandro.calegari@yahoo.com.br

[2] Doutoranda em Letras na UFSM, RS. E-mail: vanderleiadeandrade@hotmail.com



*Revista Língua e Literatura, v. 21, n. 37, p. 31-45, jan./jun. 2019.*
*Recebido em: 24 out. 2019.*
*Aceito em: 29 out. 2020.*

É consenso entre diversos historiadores que a Ditadura Militar, no Brasil, teria adquirido uma postura mais violenta e repressiva com a implantação do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, durante o Governo de Arthur da Costa e Silva. De 1968 a 1974, particularmente, assistiu-se às mais variadas formas de violência empregadas contra aqueles que se colocavam contra as ideologias do governo. Nesse período, mais de uma centena de diferentes métodos de tortura foi aplicada em pessoas suspeitas de atividades subversivas. Assim, a Ditadura Militar se ocupou de um aparato sofisticado tanto para extrair de seus opositores informações que, muitas vezes, visava à sua autoincriminação, quanto para puni-los pelos seus atos considerados ilícitos. Dentre os métodos de tortura mais utilizados, que deixavam em suas vítimas sequelas físicas e psicológicas, estavam, conforme consta no livro *Brasil*: nunca mais (1985), a cadeira do dragão, a cama cirúrgica, a coroa de cristo, a palmatória, a geladeira, a pancadaria, as queimaduras, o arrastamento por viaturas, os choques elétricos e os afogamentos, só para citar alguns.

Foi, sem dúvidas, um período decisivo para definições de rumo do país em seus vários âmbitos: político, econômico, social e cultural. Particularmente na esfera cultural, passado o período de maior repressão e censura, começaram a surgir diferentes produções artísticas com o intuito de entender ou representar o momento em questão. Na literatura, houve diferentes abordagens sobre o tema. No gênero romanesco, destacaram-se autores como Antonio Callado, Erico Verissimo, Ignácio de Loyola Brandão, Ivan Ângelo, José J. Veiga, Márcio Souza, Renato Pompeu e Renato Tapajós, entre tantos outros. Na poesia, houve Ferreira Gullar, Francisco Alves, José Paulo Paes e Paulo Leminski. Na contística, convém citar Caio Fernando Abreu, Flávio Moreira da Costa, João Gilberto Noll, Nélida Piñon, Roberto Drummond e Sérgio Sant'Anna. Na música, sobressaiu-se um conjunto de autores – entre eles, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Torquato Neto – que, sob o rótulo de Tropicalismo, denunciavam o regime militar. No cinema, os filmes surgidos na época da Ditadura Militar, sob direção de Arnaldo Jabor, Glauber Rocha, Murilo Salles e Sílvio Tendler, por exemplo, tratavam de assuntos diversos relacionados ao momento histórico em curso.

Embora seja oportuno considerar essas produções que surgem durante o período ditatorial brasileiro, principalmente porque propõem inovações formais importantes, há que se levar em conta que têm aparecido inúmeras outras obras sobre o tema muito tempo depois do término oficial da Ditadura Militar. Ou seja, passadas algumas décadas do fim do regime militar, no Brasil, surgem autores que decidem retomar o assunto. Isso porque, nas



*Revista Língua e Literatura, v. 21, n. 37, p. 31-45, jan./jun. 2019.*
*Recebido em: 24 out. 2019.*
*Aceito em: 29 out. 2020.*

últimas décadas, o país tem lidado com a herança do período ditatorial. O autoritarismo foi oficialmente implantado em 1964 e, durante 21 anos, os generais não apenas demarcaram rigorosamente seu poder, como também fizeram uso da tortura e de outras formas de violência para oprimir seus opositores. Contudo, muitas dessas práticas repressivas têm sido negligenciadas como "verdade" histórica. Não é por acaso, então, que o Brasil precisa acertar contas com seu passado recente para que se estabeleça um diálogo entre as vítimas e os seus carrascos de maneira pacífica, democrática e sustentável.

A propósito, um país que conviveu com práticas e ideologias opressoras durante mais de duas décadas (aqui, está-se pensando especificamente no período de 1964 a 1985), fazendo uso da violência para administrar seus serviços e criando mecanismos de controle social, indubitavelmente, tem dificuldades de rememorar o seu passado. Essa dificuldade de rememoração repousa em dois motivos básicos: primeiramente, em razão das estratégias de apagamento do passado e, em segundo lugar, devido à quase impossibilidade de se elaborar de modo tranquilo o que aconteceu. Isso tudo culmina num problema maior: a dificuldade de se narrar o próprio infortúnio, algo que, quase sempre, resulta na insuficiência da linguagem e, como consequência, no descrédito de muito do que é dito sobre o período, comprometendo, por fim, a "verdade" dos fatos.

Assim, a produção cultural pós-ditatorial abrange um campo complexo e heterogêneo de estudos de modo que se pode encontrar uma variedade de formas para lidar com a violência coletiva, com o abuso de poder, com a dor e com o trauma. O debate atual sobre a Ditadura Militar brasileira é caracterizado por uma variedade de abordagens que são úteis para o amadurecimento da discussão no âmbito das artes. Existem, por exemplo, trabalhos de valor confessional, testemunhal e documental, baseados numa ideia de "verdade", interessados em separar a história oficial das experiências de marginalização dos acusados. Esses estudos lidam com um conteúdo autêntico, implicitamente buscando mostrar como o passado aconteceu.

Por outro lado, alguns trabalhos são dedicados à incompletude e à fragmentação, tentando decompor falsas representações do passado e, com isso, performando uma maneira diferente de estudo sobre a memória. Nesse particular, é possível encontrar uma forte conexão entre a percepção da história enquanto discurso manipulado e linguagem artística enquanto *locus* de representação da dor, do sofrimento, do trauma e da melancolia. Dito em outros termos, desde o final da ditadura, artistas e intelectuais estiveram dedicados a entender e a lidar com as diversas ramificações da repressão. Sociólogos como Paulo Sérgio



*Revista Língua e Literatura, v. 21, n. 37, p. 31-45, jan./jun. 2019.*
*Recebido em: 24 out. 2019.*
*Aceito em: 29 out. 2020.*

Pinheiro (1991) e José Antonio Segatto (1999), por exemplo, sustentam a ideia de que o fim oficial da ditadura no país não coincidiu, de fato, com o seu fim real. O assim chamado "período de transição" bem como a situação contemporânea carregam importantes heranças do passado, o que faz com que se observem sinais de continuidade do autoritarismo na sociedade até hoje.

Se a política autoritária exercida no Brasil se fez repercutir no âmbito das artes, então, conforme proposta interpretativa sugerida por Aby Warburg (2008), há uma constância de elementos simbólicos comuns que se apresentam nas diferentes manifestações artísticas (pintura, escultura, literatura, cinema). A tese do autor é a de que certos símbolos vinculados à intensidade emocional (*pathos formulæ*) migram através de diferentes períodos, diferentes países e diferentes obras de arte. A relevância de sua teoria situa-se no fato de ele ter mostrado como a memória cultural pode ser abordada através de objetos materiais. O autor observa, ainda, a possibilidade de ressignificação do uso de símbolos em novos contextos, destacando que essa reutilização de elementos simbólicos em contextos variados é algo inconsciente. Assim, se é possível vislumbrar elementos simbólicos vinculados à dor, ao trauma e à violência do passado em obras mais atuais é porque ainda há resquícios desse passado no presente, o que aponta justamente para uma necessidade de acerto de contas com a história, caracterizada por um acúmulo incessante de barbárie.

Levando em conta o conteúdo da produção artística pós-ditatorial, pode-se afirmar que a ligação entre a reflexão proposta por Warburg e o trauma coletivo é sustentável pelos seguintes argumentos. O trauma, de acordo com Sigmund Freud (1976, p. 45), é uma ferida na memória, uma excitação vinda de fora suficientemente poderosa capaz de atravessar o escudo protetor do aparelho psíquico. Essa ferida, não cicatrizada, causaria, portanto, um sofrimento repetido do evento. O trauma, então, seria algo não findado e atemporal. O alívio da dor repousaria na necessidade de um processo hermenêutico do episódio violento, sendo que a narração assumiria função terapêutica. Ou seja, a terapia não se realiza se o paciente não narrar determinadas experiências, se não trouxer à memória certos acontecimentos e, consequentemente, externalizá-los.

Se o trauma é algo atemporal e não findado, o trauma coletivo vivido por aquelas pessoas que enfrentaram experiências limites associadas ao impacto do autoritarismo pós-64 não teria se extinguido com o término do regime em 1985, mas teria atravessado gerações, culminando numa tentativa de superação constante. Para as vítimas e seus familiares, é um trabalho penoso o reviver do passado através da recordação, tornando problemático o



*Revista Língua e Literatura, v. 21, n. 37, p. 31-45, jan./jun. 2019.*
*Recebido em: 24 out. 2019.*
*Aceito em: 29 out. 2020.*

processo de sua recuperação e narração. Por isso, toda vez que escritores elaboram narrativas que tratam do passado das vítimas da ditadura, devido ao seu caráter ainda irresoluto, deixam marcas que atestam o componente traumático que caracteriza determinada geração. A lembrança da tortura, por exemplo, nessas chaves de compreensão, continua sendo um episódio que causa dor não só à vítima, mas a seus familiares, e, por não ter sido revisada e tratada com a devida importância, está presente na mente das suas vítimas, recusando-se a ir embora.

O impacto traumático consiste, pois, num fator que não permite o passado se esvair. O trauma deixa para trás vestígios que resultam em expedientes através dos quais o grupo ou o indivíduo reconstroem a sua identidade. Nesse sentido, segundo Dori Laub (1995, p. 63), "[e]xiste em cada sobrevivente uma necessidade imperativa de *contar* e portanto de *conhecer* a sua própria história, desimpedido dos fantasmas do passado contra os quais temos de nos proteger. Devemos conhecer a nossa verdade enterrada para podermos viver as nossas vidas". Ainda conforme Márcio Seligmann-Silva (2003), relacionar o passado histórico com o trauma implica tratar desse passado de um modo mais complexo que o tradicional. Ele passa a ser visto, então, não mais como um objeto do qual se pode apoderar e dominar. "O trabalho da história e da memória deve levar em conta tanto a necessidade de se 'trabalhar' o passado, pois as nossas identidades dependem disso, como também o quanto esse confronto com o passado é difícil" (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 76-77).

Assim, no que diz respeito ao discurso acerca de atos de violência cometidos no passado, devem-se levar em conta os vários mecanismos de traumatização. Pesquisas sobre o trauma têm aumentado significativamente nas últimas décadas. Inicialmente devido ao Holocausto, tais investigações passaram a ser feitas nas diversas áreas em que os indivíduos sofreram os efeitos de uma violência extrema (guerras, estupros, torturas, etc.). Ou seja, estudos específicos sobre os sobreviventes em campos de concentração nazistas trouxeram novos enfoques para a teoria do trauma. Alguns dos problemas psíquicos dos sobreviventes seriam angústia, depressão, distúrbio de sono, pesadelos, apatia, problemas somáticos, incapacidade de verbalização da experiência traumática e, dentre outros, culpa por ter sobrevivido (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 68).

Estudar o trauma que se originou durante os episódios de extrema violência praticados no Brasil é importante por diversos motivos. Primeiramente, porque o país deve acertar contas não apenas com o seu passado recente, mas com toda uma herança legada desde os primórdios da colonização. A ditadura pós-64 é mais um episódio dentro dessa



*Revista Língua e Literatura, v. 21, n. 37, p. 31-45, jan./jun. 2019.*
*Recebido em: 24 out. 2019.*
*Aceito em: 29 out. 2020.*

corrente de experiências traumáticas que caracteriza o Brasil, e reduzi-la em si seria minimizar a importância dos demais fatos de mesma intensidade. Em segundo lugar, porque há poucos estudos que procuram investigar como uma sociedade como a brasileira processa as experiências de seus indivíduos traumatizados, isto é, como uma sociedade reage culturalmente ao trauma, e essa consiste numa questão crucial para o futuro político dessa sociedade. O silêncio em relação aos eventos traumáticos pode propiciar condições para a repetição do acontecimento. Em terceiro lugar, pelo fato de o trauma não ter sido devidamente reparado, como já se assinalou, ele pode renascer de tempos em tempos e causar transtorno às suas vítimas.

Esses seriam alguns argumentos que justificariam o aparecimento de diversas obras sobre a Ditadura Militar algumas décadas após o seu término oficial. Assim, podem-se citar, a título de exemplos, alguns livros que merecem destaque pelas suas propostas temáticas. Em 1999, Flávio Tavares lança o livro *Memórias do esquecimento*: os segredos dos porões da ditadura; no ano 2000, Frei Betto publica *Batismo de sangue*; em 2011, Godofredo de Oliveira Neto traz a público *Amores exilados*; em 2012, Mário Magalhães conta a vida de Carlos Marighella em *Marighella*: guerrilheiro que incendiou o mundo; em 2014, chega às livrarias *Que mistério tem Clarice?*, de Sérgio Abranches; no mesmo ano, Luiz Roberto Salinas Fortes narra suas memórias da ditadura em *Retrato calado*; em 2016, a Comissão de Verdade do Estado de São Paulo edita *Infância roubada*: crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil. No tocante a filmes, são destaques os seguintes títulos e diretores: *Que bom te ver viva* (1989), de Lúcia Murat, *Lamarca* (1994), de Sergio Rezende, *O que é isso, companheiro* (1997), de Bruno Barreto, *Ação entre amigos* (1998), de Beto Brant, *No olho do furacão* (2002), de Renato Tapajós, *Quase dois irmãos* (2005), de Lúcia Murat, *Cabra-cega* (2005), de Toni Venturi, *O ano em que meus pais saíram de férias* (2006), de Cao Hamburger, *Batismo de sangue* (2006), de Helvécio Hatton, *Zuzu Angel* (2006), de Sergio Rezende, *Memória para uso diário* (2007), de Beth Formaggini, e *Cidadão Boilesen* (2009), de Chaim Litewski.

Dentre as diversas obras mencionadas, o objetivo deste trabalho é analisar apenas uma, a de Flávio Tavares, *Memórias do esquecimento*, considerada exemplar – no sentido, aqui, de exemplo, de verificação – de como os traumas vividos pelo autor, durante a ditadura, agregam-se a uma memória problemática sobre o passado e se manifestam muito tempo depois de ele ter vivido a violência do período. Assim, esse estudo é importante porque é impossível ir em frente com a democracia sem pensar na memória dos



*Revista Língua e Literatura, v. 21, n. 37, p. 31-45, jan./jun. 2019.*
*Recebido em: 24 out. 2019.*
*Aceito em: 29 out. 2020.*

prisioneiros, dos torturados e mesmo das famílias dos desaparecidos do regime militar. Se o uso político da memória é colocado em pauta, a sociedade deseja saber o que aconteceu no passado. Isso significa que as vítimas – mas não só elas – devem enfrentar os traumas e serem capazes de expressar seus medos, suas dores e seus sofrimentos, para que o passado possa ser avaliado à luz da situação política atual. Com isso, a função da memória é denunciar, criticar e por o dedo nas feridas que a história oficial por muito tempo tentou esconder.

*Memórias do esquecimento*, publicado em 1999, narra o envolvimento de Flávio Tavares com a Ditadura Militar brasileira. Devido ao seu posicionamento político e por sua militância na esquerda partidária da luta armada, foi preso três vezes entre 1964 e 1969. A sua primeira prisão se deu em 1964, logo após o golpe militar, mas foi solto em seguida. A segunda prisão de Tavares foi em 1967, sob a acusação de ser o mentor de uma guerrilha no Triângulo Mineiro. Posteriormente, envolveu-se em uma ação armada com o intuito de libertar presos políticos da Penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro, e, em razão disso, foi preso pela terceira vez em 1969. Na prisão, conheceu os diferentes métodos de tortura, tanto psicológica quanto física, como os choques elétricos e o pau de arara.

Em 04 de setembro de 1969, o embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, foi sequestrado em Botafogo, Rio de Janeiro, perto da Embaixada Americana. Os sequestradores exigiram como resgate a libertação de 15 presos políticos, além da divulgação de um manifesto, que foi deixado no carro do embaixador. Assim, oito horas após o sequestro do embaixador americano, a Junta Militar aceitou libertar os 15 presos políticos. Flávio Tavares foi um dos 15 presos políticos trocados pelo embaixador dos Estados Unidos. Contudo, em vez da liberdade, o jornalista começou o seu exílio, ao embarcar na Base Aérea do Galeão, para uma viagem de 26 horas, algemado, até o México.

Em 1974, foi morar em Buenos Aires, Argentina, e, oito meses depois, reatou seu vínculo com o Brasil, escrevendo para o jornal *O Estado de São Paulo*, e, para não criar problemas, assinava com o pseudônimo de Júlio Delgado. Já em 1977, o jornalista foi ao Uruguai para contratar um advogado para um colega do *Excelsior*, que lá estava preso. Porém, nessa ocasião, Tavares foi sequestrado e torturado por militares dos órgãos de repressão uruguaios. Devido a uma campanha de solidariedade internacional, foi expulso do Uruguai 195 dias depois e, no dia 25 de janeiro de 1978, deixou Montevideo para se exilar em Lisboa, Portugal, de onde continuou como correspondente dos jornais *Excelsior* e



*Revista Língua e Literatura, v. 21, n. 37, p. 31-45, jan./jun. 2019.*
*Recebido em: 24 out. 2019.*
*Aceito em: 29 out. 2020.*

*Estadão* e onde viveu até o final do ano seguinte, quando a Lei da Anistia lhe permitiu voltar ao Brasil.

Das vivências e experiências decorrentes especialmente do período ditatorial, mas, também, após ele, surge o relato testemunhal de Tavares, argutamente intitulado como *Memórias do esquecimento*, isto é, memórias de sua batalha interna para esquecer e/ou reprimir um passado que constantemente vinha se revelando no presente. A narrativa de Tavares traz elementos que apontam para o trauma do sobrevivente de um episódio de extrema violência. Um primeiro aspecto que se destaca é o tempo que o autor esperou para, finalmente, narrar as suas memórias: "[p]ouco me ri e muito sofri neste tempo todo. São 30 anos que esperei para escrever e contar. Lutei com a necessidade de dizer e a absoluta impossibilidade de escrever. A cada dia, adiei o que iria escrever ontem" (TAVARES, 2012, p. 11). Nesse aspecto, fica evidente a incapacidade que o sobrevivente sentiu de verbalizar a experiência traumática, prolongando por 30 anos o seu conflito interno entre a necessidade de registar as suas memórias e a insuficiência de habilidades para levar a cabo a sua narrativa, pois as palavras não dão conta de expressar integralmente a experiência traumática. Trata-se de um tempo que, justamente, comprova que os traumas do passado não foram superados e que ecoam no presente.

Concomitante à incapacidade de verbalizar suas memórias, havia ainda o desejo inatingível do esquecimento. Conforme relata o autor, "[t]endo tudo para contar, sempre quis esquecer. Porque lembrar o major torturador, os interrogatórios dias e noites adentro? Por que trazer de volta aquele sabor metálico do choque elétrico na gengiva, que me ficou na boca meses a fio?" (TAVARES, 2012, p. 11-12). As memórias da prisão e da tortura evocam sentimentos e sensações físicas num grau de intensidade como as vividas exatamente no momento de sofrimento do passado. O indivíduo revive a situação traumática com a impressão de que essa experiência ainda faz parte do presente (FREUD, 1996). Nessa perspectiva, a pessoa que vivenciou ou que foi testemunha de fatos traumáticos rememora tais situações constantemente, seja de forma consciente seja de forma inconsciente, revivendo o sofrimento causado pelo episódio violento que originou o trauma. Logo, vem o desejo do esquecimento, como uma possibilidade (embora não viável) de evitar evocar o passado.

Ademais, outro elemento que pode ter contribuído para que a narrativa fosse postergada por tantos anos é o período em que o sobrevivente viveu no exílio. Após ser libertado da prisão brasileira, Tavares passou 10 anos no exílio, primeiramente no México,



*Revista Língua e Literatura, v. 21, n. 37, p. 31-45, jan./jun. 2019.*
*Recebido em: 24 out. 2019.*
*Aceito em: 29 out. 2020.*

depois, na Argentina e no Uruguai, e, por último, em Portugal. No entanto, o exílio não pode ser considerado o fim de uma experiência traumática, mas uma extensão dela, pois há novamente um choque ao sair de uma situação de violência para ser posto em confronto com o inesperado. Segundo os psicanalistas Maren e Marcelo Viñar,

> Para o exilado, a ruptura da ancoragem narcísica se faz em um conflito violento, sobretudo para quem outrora tinha um papel social reconhecido por ele e pela comunidade. Perde o espelho múltiplo a partir do qual criava e nutria a sua própria imagem, seu personagem. No exílio, ninguém o conhece, ninguém o reconhece. Aquele que eu era não existe mais. O personagem está morto, o cenário não é mais o mesmo, tampouco os atores. E nos encontramos ali, sem olhar, sem palavra: comoção e crise radical de identidade. O homem está nu (VIÑAR; VIÑAR, 1992, p. 71).

Logo, na sequência da sua libertação da prisão no Brasil, Tavares enfrenta uma nova forma de violência, dessa vez, com um viés mais psicológico do que físico. No exílio, ele perde as suas referências, o seu papel social e é posto em um cenário em que tudo é novo e desconhecido. Não se sabe quem serão os novos atores, quais as ameaças e perigos a enfrentar e, tampouco, qual será o seu papel nessa nova realidade imposta. Segundo Viñar e Viñar (1992), cada indivíduo se constitui através das suas ilusões e projetos, os quais são remodelados constantemente de acordo com as interações entre o indivíduo e os sujeitos de sua convivência, de seu círculo. Nesse sentido, o exílio apresenta uma dimensão traumática ao romper com esse movimento e destruí-lo para, então, reavê-lo numa conjuntura estranha, não-familiar.

Ao longo de sua narrativa, Tavares faz diversas referências ao período em que foi um exilado. O exílio, para o autor, não foi propriamente sinônimo de liberdade: "[o] exílio era a liberdade. Mas a liberdade do exílio, só isso". Isto é, a liberdade de ficar em sua pátria e, consequentemente, de continuar a sua trajetória em seu país, não lhe foi concedida, logo continuava "prisioneiro" das condições que lhe foram impostas. Nos trechos em que trata do seu período no exílio, Tavares (2012) usa palavras como "banidos" (p. 133), "desterrados" (p. 133), "ilusão" (p. 124), "acusador" (p. 237), "país imposto" (p. 228) e "terra distante" (p. 228). Tais vocábulos remetem a sentimentos negativos, de não pertencimento ao local e a condições que lhes foram determinados. Logo, ele demonstra que o exílio não representava uma condição de liberdade ou de recomeço ideal, ao contrário, foi o início de sua angústia, de seus pesadelos, de seus medos. Para Tavares (2012, p. 18), "[a] nuvem começou a nascer



*Revista Língua e Literatura, v. 21, n. 37, p. 31-45, jan./jun. 2019.*
*Recebido em: 24 out. 2019.*
*Aceito em: 29 out. 2020.*

naquele setembro de 1969", quando ele foi libertado da prisão no Rio de Janeiro e posto no avião da Força Aérea Brasileira, conduzido "...à liberdade. Ao exílio" (p. 18).

A propósito, a "nuvem" à qual Tavares se refere inclui diversos sintomas da sua experiência traumática na prisão e, a partir daquele momento, no exílio. Dentre eles, destacam-se os sonhos, ou melhor, os pesadelos, os quais transformavam suas noites em momentos de aflição. O autor começa o primeiro capítulo de seu livro narrando justamente essas memórias:

> Ao longo dos meus dez anos de exílio, um sonho acompanhou-me de tempos em tempos, intermitente. Repetia-se sempre igual, com pequenas variantes. Meu sexo me saía do corpo, caía-me nas mãos como um parafuso solto. E, como um parafuso de carne vermelha, eu voltava a parafusá-lo, encaixando-o entre minhas pernas, um palmo abaixo do umbigo, no seu lugar de sempre (TAVARES, 2012, p. 15).

O sonho acima descrito acompanhou Tavares ao longo de todo o período do exílio, aonde quer que ele fosse, e lhe trazia momentos de extrema angústia, de aflição, de rememoração intensa do passado. Essa rememoração involuntária e incontrolável, sintoma do trauma de ter sido preso e torturado, evocava sentimentos e emoções intensos e dolorosos para o sobrevivente, como se de fato ele ainda estivesse na situação de cárcere e tortura, deixando-o, por momentos, confuso para discernir entre o sonho e a realidade. Segundo o sobrevivente, "[m]ais terrível que o pesadelo era o levantar-se com ele, na dúvida, naquelas frações de segundo entreabertas entre a noite e o amanhecer, sem saber se fora apenas sonho mesmo ou o despertar de uma realidade cloroformizada pela vida" (Tavares, 2012, p. 15). A cada sonho, é como se Tavares voltasse exatamente ao momento da experiência de tortura original, com os mesmos medos e anseios.

A tortura, aliás, objeto dos pesadelos de Tavares e descrita ao longo de sua obra, provoca um impacto desintegrador no ser humano. Talvez, por isso, nos sonhos do exílio, Tavares vê parte do seu corpo se separando do restante. Essa desintegração do ser humano pode se dar física ou psicologicamente. Segundo os psicanalistas Maren e Marcelo Viñar (1993, p. 65), "na tortura, é sempre uma questão de passar por uma morte: a do ideal ou a do corpo. Isso, por sua vez, não é estranho às suas raízes corporais (narcisismo infantil). Somente o fascismo é capaz de romper esse amálgama constitutivo do ser". O mundo do prisioneiro se reduz à experiência da dor, da degradação, da relação entre o torturador e o torturador.



*Revista Língua e Literatura, v. 21, n. 37, p. 31-45, jan./jun. 2019.*
*Recebido em: 24 out. 2019.*
*Aceito em: 29 out. 2020.*

Nesse particular, surge um embate entre o sujeito e o seu corpo violentado. Trata-se de uma situação limite vivida pelo sujeito, que faz com que ele veja a sua vida dividida em duas: uma antes e outra depois da experiência da tortura. O sujeito que narra vislumbra uma cisão do "eu" de forma que – pressionado à necessidade de escrever, de lembrar e de recordar, mas também de esquecer – sente-se fragmentado, dividido. Ou seja, a fragmentação do indivíduo, produto do trauma vivido, consubstancia-se nas vozes do corpo e do discurso. O corpo hesita e, nisso, trava o discurso imerso em cesuras impostas pelo trabalho penoso de reviver as sevícias sofridas, convertendo-se em um ambíguo processo de recuperação e narração das experiências. Assim, o discurso do torturado conserva uma íntima relação com o corpo em que foi inscrito. É essa escritura do corpo em seu limite que situa o tecido da fala, seus entremeios e suas cisões, em uma angustiada e paciente fiação – urdidura essa cuja trama não se fecha, sempre havendo o fio solto do incontrolável, do indizível, do imponderável.

Outro aspecto que é característico dos testemunhos de sobreviventes das ditaduras é o tom de denúncia que as narrativas carregam. Logo, a elaboração da narrativa dos sobreviventes tem um apelo ao senso de justiça. Tavares denuncia, em seu livro, a sua prisão e a de outros que não cometeram nenhum crime. Denuncia também os interrogatórios, acompanhados de infindáveis sessões de tortura, e o exílio. Torturados e torturadores são expostos para os leitores, juntamente com os diversos métodos usados para subjugar o prisioneiro através da destruição física e psicológica. Todavia, as denúncias no texto de Tavares não se restringem ao governo da época ou aos seus algozes. Ao contrário, são direcionadas também àqueles que deveriam estar ao seu lado, apoiando-o: o povo. Em sua obra, Tavares se define, juntamente com outros prisioneiros, como "afogados e sobreviventes", e questiona: "[m]as e o povo? Onde estava o povo, depositário e objetivo dessa sacrificada luta pela utopia? O povo tinha desaparecido, fechava-se na comodidade ou incomodidade das casas ou até deixava as ruas..." (TAVARES, 2012, p. 44).

A narrativa de Tavares não é linear (com início, meio e fim bem definidos), mas caracterizada por saltos temporais e idas e vindas a determinados pontos do passado. Isso se deve, em parte, pela perda da noção de tempo em que o sobrevivente passou na prisão e, também, pela dificuldade de organizar as suas ideias em uma linha coerente e racional. Quanto à noção de tempo, Tavares menciona em seu texto: "[n]ão sei quanto tempo fiquei ali, sozinho junto ao corpo. Algumas horas? Alguns minutos? Alguns séculos? Perdi a noção do tempo" (TAVARES, 2012, p. 98). Já em relação à organização de suas memórias,



*Revista Língua e Literatura, v. 21, n. 37, p. 31-45, jan./jun. 2019.*
*Recebido em: 24 out. 2019.*
*Aceito em: 29 out. 2020.*

o sobrevivente afirma: "[e]squecer? Impossível, pois o que eu vi caiu também sobre mim, e o corpo ou a alma sofridos não podem evitar que a mente esqueça ou que a mente lembre. Sou um demente escravo da mente" (TAVARES, 2012, p. 13). Tavares não teve a opção de esquecer, pois as lembranças da ditadura vinham à tona de forma desordenada e imprevisível, e essas memórias constituem a sua obra, tornando-a não linear.

Essa não linearidade da narrativa é também produto de uma memória traumatizada. Tem-se, assim, a caracterização de um sujeito que deseja voltar ao passado numa tentativa de reparar a sua história, a sua vida, mas, devido à dificuldade imposta pela dor das lembranças, sua memória é seletiva. Em certa altura do seu relato, Tavares afirma: "[n]essa viagem ao ventre da tragédia, ainda não contei tudo" (2012, p. 227). Se o autor, nesse instante, não contou tudo, então ele relatou apenas alguns episódios; se ele se deteve em apenas alguns acontecimentos, foi porque ele excluiu outros, o que configura a premissa de que a memória do sujeito traumatizado é seletiva. Talvez, possa-se dizer que as lembranças de Tavares constituem um mosaico de recordações que, em virtude do excesso, configuram-se como estilhaços que o perturbam, exigindo-lhe, por um lado, a narração, por outro, o esquecimento. Trata-se de uma perspectiva paradoxal, mas é o que se observa no autor: "[e]u me lembro tanto de tanto ou de tudo que, talvez por isso, tentei esquecer" (TAVARES, 2012, p. 12).

Recordar e registrar o passado de dor, de ressentimentos e de traumas são tarefas árduas para quem foi vítima de um sistema brutal e desumano como o imposto pela Ditadura Militar brasileira, mas também constituem esforços imprescindíveis tanto para não se deixar o passado se perder quanto para a vítima entender a sua história e tentar reparar, ainda que minimamente, seus traumas. Quase ao final de seu relato, o autor pondera: "[a]gora que chego ao fim, pergunto-me o que me angustiou mais: ter vivido o que vivi ou ter rememorado, aqui, tudo o que quis esquecer?" (TAVARES, 2012, p. 244). São duas situações controversas (viver e rememorar), mas que são parcialmente resolvidas pela narrativa em si, que acolhe as lembranças, as angústias, as frustrações, dando à vítima – e ao leitor – uma versão, dentre tantas outras, de um período da história do Brasil. Trata-se de uma versão, como quer Tavares, inconclusa:

> Do que contei, tentei não tirar conclusões e preferi que a narrativa concluísse por si mesma, nessas histórias que não inventei e que foram tão-só refeitas, cosidas no tempo e no espaço, numa fiação paciente e dolorosa. Vivida – não inventada –, essa história deixou marcas, cicatrizes, neuroses, patologias de alma e corpo, às vezes diagnosticáveis até no olhar das vítimas – uma mirada atormentada,



*Revista Língua e Literatura, v. 21, n. 37, p. 31-45, jan./jun. 2019.*
*Recebido em: 24 out. 2019.*
*Aceito em: 29 out. 2020.*

> medrosa e deslumbrada. Ou tímida, recolhida e encapsulada em si mesma (TAVARES, 2012, p. 244).

Como o autor deixa explícito, o seu objetivo, ao redigir *Memórias do esquecimento*, não é apontar conclusões definitivas sobre a sua experiência, nem talvez sobre o seu passado. Portanto, a significação da narrativa, para Tavares, não está integralmente dada de início. A narração funciona, ela própria, como instrumento de busca de sentido para o conjunto de experiências vividas. A produção de sentido e a organização dos episódios relatados, mesmo que de forma fragmentada e difusa, fazem parte do processo em que a narração se constitui. Como quer que seja, o ato de narrar está ligado à necessidade de revelar algo ou de reviver certas experiências, ainda que, para isso, a vítima precise reorganizar o seu tempo interior e ter consciência de que esse processo de rememoração lhe causará dor. Da perspectiva de Flávio Tavares, rememorar o passado é essência para que ele possa, até certa instância, equacionar certos sentidos de sua vida para poder ir em frente.

O livro de Tavares também pode ser lido de uma perspectiva que favoreça os excluídos e os marginalizados da história oficial. Nesse sentido, *Memórias do esquecimento* promove uma leitura a contrapelo da história, uma vez que visa a trazer à tona não apenas a história dos vencedores, mas, sobretudo, a dos vencidos. Assim, Tavares, assumindo o ponto de vista do historiador materialista de Walter Benjamin, seria aquele que, ao olhar para o passado, não se depara com uma cadeia de acontecimentos articulados harmoniosamente; ao contrário, é aquele cujo olhar se identifica com a visão perplexa do anjo da história de Paul Klee citado por Benjamin. Segundo o crítico, enquanto um olhar mais ingênuo permite apenas que se perceba o passado enquanto uma cadeia de acontecimentos costurados linearmente e de maneira conclusiva, o anjo da história "vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e a dispersa a nossos pés" (BENJAMIN, 1985, p. 226). A perplexidade que caracteriza o anjo está diretamente relacionada a um passado traumático e agônico.

A história do Brasil é uma história traumática de forma que a classe civil é marcada pela opressão, pelo abuso de poder, pelo autoritarismo, pelas incertezas do passado e do presente. Se os traumas formulados no passado reaparecem muitos anos depois pela voz de suas vítimas em diferentes narrativas, é porque ainda é necessário um acerto de contas com uma história truculenta como a brasileira. O livro de Tavares faculta um olhar de perplexidade para o período pós-64 e exige de seus leitores uma percepção crítica daquele momento para que o horror não se repita no presente. Se, no momento atual, ainda se



*Revista Língua e Literatura, v. 21, n. 37, p. 31-45, jan./jun. 2019.*
*Recebido em: 24 out. 2019.*
*Aceito em: 29 out. 2020.*

fomentam debates sobre a Ditadura Militar, é porque as discussões sobre o assunto ainda se mostram inconclusas, requerendo um olhar renovador, para que as velhas "verdades" sejam revistas pelas novas "verdades" sobre aquele período.

Se, até hoje, questões relacionadas à Ditadura Militar ainda exigem esclarecimentos, é porque, ao longo desses últimos 35 anos, não foram dadas às vítimas ou aos seus familiares respostas suficientes e convincentes sobre o que de fato ocorreu naqueles anos de chumbo nos porões da ditadura. Muitos questionamentos (principalmente relacionados aos desaparecidos) ainda carecem de respostas. Enquanto essas respostas não chegam, uma parcela da sociedade brasileira continuará vivendo às sombras de informações distorcidas ou imprecisas, sendo, pois, manipulada, enquanto outra parcela permanecerá alimentando os traumas do passado de maneira contínua. *Memórias do esquecimento* é um livro que fornece algumas respostas sobre o período pós-64 no Brasil, mas é, acima de tudo, um elemento de resistência contra as truculências do passado e do presente, já que não permite que certas memórias se percam nem que se conceba que os traumas do passado estejam superados. O passado de ruínas que caracteriza a sociedade brasileira e que se faz perceber no livro de Tavares avoluma-se ao redor de cada um no momento presente e é preciso estar atento a esses sinais para que não passem despercebidos ou se tornem ignorados pelas gerações presentes e futuras.

Assim, portanto, a perspectiva é de que não se deve negligenciar a violência nem os traumas do passado, mas trabalhar com eles de maneira ética, séria e comprometida, tanto para que o passado não se repita no presente, quanto para que as vítimas e seus familiares encontrem respaldo e apoio na sociedade para lidar com esses traumas e, com isso, buscar constituir uma vida não mais assentada sobre ruínas que remetam a um passado doloroso, mas sobre novos alicerces sustentados pela compreensão, pelo apoio e pela justiça. Entre o passado e o presente, ainda há traumas, dores e ressentimentos que precisam ser desfeitos, mas de forma consciente, pacífica e ética, para que a democracia, no Brasil, possa ser reestabelecida gradualmente. Enquanto não se acertarem as contas com o passado, esses temas continuarão ecoando no presente, exigindo respostas tão urgentes quanto necessárias.

**Abstract**: The history of Brazil is continually marked by episodes of extreme violence. Particularly in relation to the atrocities of 1964-85's Military Dictatorship, they generated trauma that did not end up with the official ending of the event. This paper aims at analyzing the effects of the trauma generated during the dictatorship in Flávio Tavares' *Memórias do esquecimento*. The book, published in 1999, reveals that traumas of the past continued to persecute the writer long after his involvement with the episode, requiring him to retake the



*Revista Língua e Literatura, v. 21, n. 37, p. 31-45, jan./jun. 2019.*
*Recebido em: 24 out. 2019.*
*Aceito em: 29 out. 2020.*

past and to record his traumatic memories. This process of remembering and writing is important to make clear that the victims' record of history provides another version of those years in Brazil, but it is also essential to realize that the unrepaired trauma of the past returns later, provoking debates about why it reappears and what are its reflexes in the social, historical, and cultural context. Sigmund Freud, Walter Benjamin, Cathy Caruth, and Marcelo and Maren Viñar are the main authors who underscore the present approach.

**Keywords**: Military Dictatorship, trauma, Flávio Tavares, *Memórias do esquecimento*.

## REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil*: nunca mais. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. Vol. I. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 222-232.

FREUD, Sigmund. Além do princípio de prazer. In: _____. *Obras psicológicas completas*. Vol. XVIII. Trad. Jayme Salomão e Christiano M. Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 17-85.

_____. Fixação em traumas – o inconsciente. In: _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição standard brasileira. Vol. XVI. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 281-308.

LAUB, Dori. Truth and Testimony: the Progress and the Struggle. In: CARUTH, Cathy (Ed.). *Trauma*: Explorations in Memory. Baltimore/ London: Johns Hopkins University Press, 1995. p. 61-75.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. *Revista USP*, São Paulo, n. 9, p. 45-57, 1991.

SEGATTO, José Antonio. Cidadania de ficção. In: _____; BALDAN, Ude (Orgs.). *Sociedade e literatura no Brasil*. São Paulo: Unesp, 1999. p. 201-221.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da cultura*: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Ed. 34, 2005.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: _____ (Org.). *História, memória, literatura*: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Unicamp, 2003. p. 59-89.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*: os segredos dos porões da ditadura. Porto Alegre: L&PM, 2012.

VIÑAR, Marcelo; VIÑAR, Maren. *Exílio e tortura*. Trad. Wladimir Barreto Lisboa. São Paulo: Escuta, 1992.

WARBURG, Aby. *Der Bilderatlas Mnemosyne*. Berlin: Akademie Verlag, 2008.



*Revista Língua e Literatura, v. 21, n. 37, p. 31-45, jan./jun. 2019.*
*Recebido em: 24 out. 2019.*
*Aceito em: 29 out. 2020.*